

## Clarice Lispector e Ditadura Militar: Crônicas no Jornal do Brasil em Tempos de Censura<sup>1</sup>

Isabella Smith SANDER<sup>2</sup>

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

### RESUMO

O regime militar no Brasil foi marcado pela existência de jornais alternativos, que combatiam a censura e expunham os problemas da época. À grande mídia, foi relegada a imagem de que calava. Essa não é, porém, toda a verdade – o contexto histórico era percebido em todos os setores, até na grande mídia. Originado da dissertação da autora, este artigo analisará como esse período é representado nas colunas de Clarice Lispector no Jornal do Brasil, publicadas de 1967 a 1973. As crônicas escolhidas foram *Daqui a vinte e cinco anos*, de 16 de setembro de 1967, e *Carta ao Ministro da Educação*, de 17 de fevereiro de 1968. Os conceitos analisados nos textos serão Crônica, sob a ótica de José Marques de Melo, e Estereótipo, Cultura e Poder, pela concepção de Roland Barthes. O método empregado será o Paradigma da Complexidade, de Edgar Morin.

**PALAVRAS-CHAVE:** Clarice Lispector; crônica; Paradigma da Complexidade; Semiologia; ditadura militar.

A ditadura militar no Brasil foi marcada pela existência de periódicos alternativos, que expunham as questões da época. Na outra ponta, a grande mídia supostamente calava quanto ao que estava acontecendo. Porém, é de se imaginar que a situação não era tão antagônica. Este trabalho, originado da dissertação da autora do artigo, visa analisar as crônicas *Daqui a vinte e cinco anos*, de 16 de setembro de 1967, e *Carta ao Ministro da Educação*, de 17 de fevereiro de 1968, publicadas por Clarice Lispector em sua coluna no Jornal do Brasil. Utilizando como método o Paradigma da Complexidade, de Edgar Morin, e como técnica a Semiologia, de Roland Barthes, a intenção é revelar de que forma a escritora se relacionava com o momento vivido pelo país à época e quais os reflexos desse período na sua escrita. Os conceitos utilizados *a priori* nas crônicas serão Crônica, sob a ótica de José Marques de Melo, e Estereótipo, Cultura e Poder, na concepção teórica de Roland Barthes.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

<sup>2</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS e estudante de Especialização em Direitos Humanos na PUCRS, email: [isasander@gmail.com](mailto:isasander@gmail.com).

A palavra *crônica* origina-se do grego, *chronikós*, e do latim, *chronica*, que significa narração em ordem cronológica (MARTINS, 1984, p.5). Os registros nomeados assim surgiram no início da era cristã, sendo listas ordenadas de ocorrências. Com o advento dos periódicos, a crônica se tornou o espaço literário de jornais e revistas, como modo de falar sobre os acontecimentos de maneira mais artística.

Neste estudo, a Crônica será analisada dentro do Jornalismo. Gênero híbrido, a crônica está, também, na Literatura. Nas páginas dos jornais, é considerada um dos formatos possíveis do Gênero Opinitivo, oposto ao Gênero Informativo (MELO e ASSIS, 2010), em conjunto com a Resenha, a Coluna, o Comentário e a Caricatura.

Os assuntos tratados nas crônicas são diversos. Contudo, para ser crônica, é necessário que tenham relação com acontecimentos cotidianos ou, ao menos, com sentimentos trazidos por algum fato ou evento ocorrido. A estrutura básica é formada por hipótese/conclusão, mas não obrigatoriamente estará presente em todas as crônicas.

O sentido dado por Barthes (1975) para o Estereótipo é um diferente do encontrado no dicionário, referente a algo que é lugar-comum, clichê ou chavão. Ele é, segundo o teórico, constituído por uma necrose da linguagem, e é também um artefato usado para “tapar buracos” da escrita. Acúmulo de artefatos, o Estereótipo não percebe sua artificialidade. A sociedade produz os artefatos e os consome, como sendo inatos (BARTHES, 2007). Neles, a ideologia é veiculada e a falta de consciência a respeito da verdade sobre a fala e sobre a vida se mantém.

Outra categoria *a priori* usada é a Cultura. De conceito amplo, inclui todas as formas de comunicação: falada, vista ou escrita. É o banco de influências de um autor, chamado de *intertexto* (BARTHES, 1975). Entretanto, o intertexto vai além do papel de banco de influências ou fontes, não distinguindo grandes e pequenas obras, podendo até igualá-las, dependendo da importância que as mesmas têm para o escritor analisado.

As experiências vividas, através de mensagens verbais e não verbais, geram um efeito no discurso do indivíduo. Conforme Barthes, a Cultura é uma língua, porque possui um sistema geral de símbolos regido pelas mesmas operações da linguagem.

A principal característica do Poder, para Barthes, é ser a *Libido dominante*, ou a energia prazerosa do ser humano. Diferentemente da concepção esperada, de verbete ligado à autoridade, o Poder, aqui, não é somente político, mas também ideológico. Encontra-se em todas as situações da vida e apresenta diversos tipos de manifestação.

O Poder é perpétuo no tempo histórico (BARTHES, 1978), pois quando acaba em um lugar, começa em outro. Isso ocorre porque a expressão obrigatória do poder é a linguagem, também perpétua. É um instinto presente nas ações de todas as pessoas. Não é evidente a percepção do Poder da língua, porque a condição classificatória da linguagem é esquecida, e “toda classificação é opressiva” (BARTHES, 1978, p. 12). A língua não é reacionária ou progressista, mas fascista, pois obriga a dizer.

O método escolhido para este estudo foi o Paradigma da Complexidade, do filósofo Edgar Morin. Ao criar esse método, Morin buscou contemplar certezas e incertezas, podendo unir e, ao mesmo tempo, reconhecer o singular, o individual e o concreto. Não há, nessa proposta, separação entre matérias ou disciplinas, articulando diferentes campos do saber para promover o entendimento das problemáticas, envolvendo sociedade, cultura, biologia e todas as partes que compõem o objeto (MORIN, 2003). Para tanto, foram criados sete princípios norteadores das análises: o princípio sistêmico, ou organizacional; o hologramático; o do ciclo retroativo; o da auto-eco-organização; o do ciclo recorrente; o dialógico; e o de reintrodução do conhecido em todo o conhecimento.

Esses princípios servem de guia para a pesquisa, sendo agenciadores e agenciados pela Transdisciplinaridade. A Transdisciplinaridade e os sete princípios possibilitam que não haja barreiras entre teóricos, disciplinas e conceitos. Para Morin, não se trata de abandonar a organização e a ordem dentro da pesquisa, mas sim de integrar conceitos de diferentes áreas, a fim de buscar uma concepção mais rica.

A técnica utilizada será a Semiologia, sob a ótica do sociólogo Roland Barthes (2007). Esta é concebida como a ciência geral dos signos. Mais abrangente do que a Linguística, refere-se, além da linguagem, às imagens, gestos, vestuários, ou seja, qualquer coisa que possa significar algo. O pesquisador que opta por usar a Semiologia deve selecionar um conjunto de fatos para examinar e conhecer a estrutura. Esse conjunto chama-se *corpus*, e é determinado antes de a análise começar. O *corpus* deve ser amplo e homogêneo.

A Semiologia visa, ao esmiuçar o discurso, obrigar a perceber as diferenças, impedindo de generalizar o que não é geral. Dentro da Semiologia, há três termos: o *significante*, que é o relato nu e cru da imagem ou texto; o *significado*, que é a interpretação dessa imagem ou texto; e o *signo* ou *significação*, que é a junção do *significante* com o *significado*. Essas três instâncias compõem a análise semiológica.

## Análise

Neste momento do trabalho, serão analisadas as crônicas *Daqui a vinte e cinco anos*, publicada em 16 de setembro de 1967, e *Carta ao Ministro da Educação*, de 17 de fevereiro de 1968. As categorias *a priori* selecionadas – Crônica, Poder, Cultura e Ideologia – serão usadas como base, para qualificar a pesquisa. Os textos serão vistos pelas características de cada uma dessas categorias, para melhor compreensão deles.

*Daqui a vinte e cinco anos* foi publicada no dia 16 de setembro de 1967. A cronista faz uma explanação sobre como o Brasil poderá estar 25 anos depois (o que seria em 1992). Ela alega não poder calcular, mas espera que a sociedade esteja se expressando muito mais e que a fome tenha cessado.

### **Daqui a vinte e cinco anos**

Perguntaram-me uma vez se eu saberia calcular o Brasil daqui a vinte e cinco anos. Nem daqui a vinte e cinco minutos, quanto mais vinte e cinco anos. Mas a impressão-desejo é a de que num futuro não muito remoto talvez compreendamos que os movimentos caóticos atuais já eram os primeiros passos afinando-se e orquestrando-se para uma situação econômica mais digna de um homem, de uma mulher, de uma criança. E isso porque o povo já tem dado mostras de ter maior maturidade política do que a grande maioria dos políticos, e é quem um dia terminará liderando os líderes. Daqui a vinte e cinco anos o povo terá falado muito mais.

Mas se não sei prever, posso pelo menos desejar. Posso intensamente desejar que o problema mais urgente se resolva: o da fome. Muitíssimo mais depressa, porém, do que em vinte e cinco anos, porque não há mais tempo de esperar: milhares de homens, mulheres e crianças são verdadeiros moribundos ambulantes que tecnicamente deviam estar internados em hospitais para subnutridos. Tal é a miséria, que se justificaria ser decretado estado de prontidão, como diante de calamidade pública. Só que é pior: a fome é a nossa epidemia, já está fazendo parte orgânica do corpo e da alma. E, na maioria das vezes, quando se descrevem as características físicas, morais e mentais de um brasileiro, não se nota que na verdade se estão descrevendo os sintomas físicos, morais e mentais da fome. Os líderes que tiverem como meta a solução econômica do problema da comida serão tão abençoados por nós como, em comparação, o mundo abençoará os que descobrirem a cura do câncer (LISPECTOR, 1999, p.33).

Clarice, nesta crônica, mas esboça o que chama de “impressão-desejo” de que a sociedade compreenda que os movimentos caóticos que aconteciam, na época, precisavam existir, a fim de que se chegasse a uma situação econômica mais digna para as pessoas. Essa análise se dá dentro do Gênero Opinativo, pois a autoria dá seu parecer sobre o assunto. Como gênero dentro dos Gêneros Jornalísticos, a Crônica precisa ter vínculo com a realidade de alguma maneira. Quanto melhor a capacidade argumentativa da pessoa que está escrevendo, mais chances de o texto ganhar força em suas características.

Essa publicação passeia entre atributos do Jornalismo e da Literatura. A invenção do termo “impressão-desejo” mostra traços da literata, abrindo espaço para um estilo de escrita incomum dentro dos jornais. A criação de expressões não costuma ocorrer em textos do Gênero Informativo.

A licença poética surge com o uso de palavras fora de seus contextos originais, como “afinando-se e orquestrando-se” em referência aos movimentos de uma população, e não a instrumentos musicais. Licenças desse tipo são prováveis em textos de opinião, sem compromisso com a imparcialidade e a objetividade.

O principal descontentamento, apontado pela colunista é a existência de pessoas com fome no país. Falando sobre a fome, a cronista também insere o texto na caracterização de Gênero Opinativo, visto que lida com um assunto retratado nas páginas informativas do jornal. A sequência hipótese/conclusão não é seguida, pois o texto apresenta divagações da colunista. A crônica, na verdade, inicia com um questionamento, e não uma hipótese, e, ao longo dela, são feitas suposições. A hipótese é o corpo da publicação: não há conclusão, pois é impraticável concluir alguma coisa ao se tratar do futuro.

Nem sempre Clarice emprega as palavras da maneira tradicional. A autora escreve como se criasse uma obra de arte, escolhendo cores, tons, curvas, pincéis e densidades das tintas. Talvez até mesmo inconscientemente, a escritora evitasse os Estereótipos, buscando seu próprio modo de aplicar as palavras. O Estereótipo será mais uma categoria *a priori* analisada neste trabalho.

A colunista diz que os movimentos caóticos sentidos à época poderiam causar, em um futuro não tão distante, os primeiros passos “afinando-se e orquestrando-se” para uma melhor situação econômica. Esse trecho apresenta referências artísticas da

colunista, que fala em movimentos caóticos, lembrando uma dança agitada, turbulenta, um entrevero, mas que precisa acontecer, para que se organize, por fim, afinando a música e orquestrando os instrumentos. Em seu otimismo, a cronista espera harmonia ao final da dança e da canção.

A escritora brinca com as palavras: o povo é “quem um dia terminará liderando os líderes”. Se fossem liderados, os líderes não seriam mais líderes. Seriam, então, o quê? Dominados pelo proletariado? Desapareceriam? A resposta não está na crônica, mas ninguém mandaria na massa, que mandaria em si mesma e poderia “falar”, como a autora diz, muito mais. Há uma generalização do verbo, visto que a sociedade já fala.

Quando a autora fala que se deve resolver o problema da fome, ela emprega, dentro da palavra “fome”, um conceito, mais do que um sentimento. Não se trata apenas de sentir fome, e sim da fome prolongada, permanente, a desnutrição, a subnutrição em que viviam tantos brasileiros naquela época. De tanto que se fala em fome, esta foi banalizada, havendo um Estereótipo. A palavra ainda choca, mas quem a ouve não pensa mais sobre tudo que ela representa.

As influências que a colunista captou e demonstrou em seus textos se inserem na categoria *a priori* Cultura, de Roland Barthes, e são chamadas de intertextos. Há uma clara influência nessa crônica do contexto da ditadura militar. Considerando que os movimentos da época eram caóticos, na visão de Clarice, é possível adivinhar que esta tinha contrariedades em relação ao regime que foi instaurado. Sua visão era, portanto, de esquerda, oposta à extrema-direita de que os militares brasileiros de então eram partidários.

A utopia da literata é a autonomia da sociedade. Que as pessoas tenham uma vida digna, com situação econômica adequada. Que sejam livres para falar o que quiserem e para agir da maneira que acharem melhor, contanto que não firam a independência dos outros. Que os líderes do período percam força, por não demonstrarem maturidade política suficiente, e que o poder popular seja cada vez maior. Que a fome seja combatida pelo governo, e que ninguém mais precise viver em condições subumanas.

Apesar de transparecer esquerdismo, a autora vislumbrava a perspectiva de que, daquele caos, surjam os primeiros passos rumo a um momento econômico mais digno. Esse era também o discurso dos militares, para explicar por que deram o golpe de 1964. Eles alegavam haver ameaça de um golpe comunista no Brasil. O pensamento em

---

comum significa que a cronista foi influenciada pelo pensamento dos ditadores, uma vez que demonstrava acreditar neles, pelo menos até certo ponto.

Mesmo mostrando um tipo de compreensão com os motivos por que o Brasil vivia o que estava vivendo, a crença principal da cronista é nas pessoas. Por isso mesmo, ela diz que a população dá mostras de ter mais maturidade política do que a maioria dos políticos. O intertexto, aí, é a consciência que Clarice obteve de que os movimentos sociais estavam mais atuantes. A crença da escritora não se devia a levantamentos ou pesquisas, mas sim ao que presenciava diariamente nas ruas e no que consumia nos veículos de comunicação.

Também se deve ao intertexto as considerações que a autora faz em relação à fome. Ao ver diariamente na mídia histórias de pessoas que não têm dinheiro nem mesmo para se alimentar, que vivem em estado de miséria total e ficam subnutridas, a cronista decreta esse como o problema mais urgente a se resolver. De tanto que a situação a apavora, sugere que seja instaurado estado de prontidão, como acontece em casos de calamidade pública.

O texto da escritora se situa fora do poder oficial, visto que critica a situação econômica e os políticos de então. A relação de poder que se estabelece inicia-se já com o começo da crônica, uma vez que o Poder, outra categoria *a priori* levada em consideração, está em tudo, pois é a energia prazerosa do ser humano, ou *Libido dominante*. O Poder é automaticamente ligado a qualquer discurso, seja político ou ideológico, seja de dentro ou de fora do poder oficial. Ele é perpétuo no tempo, pois quando é extinto em um lugar, ao mesmo tempo aparece em outro.

A escritora exerce seu poder, no momento em que cabe a ela responder à pergunta que lhe fizeram, de como estaria o Brasil em 25 anos. Apresenta-se como oposição, questionando a maneira com que o governo de então lida com seu povo e os problemas da sociedade. Ressalta como os cidadãos possuem uma fagulha inexplorada de autonomia, que pode fazer com que eles, no futuro, consigam expressar mais suas necessidades e seus desejos.

O prazer da autora é imaginar outra realidade para os brasileiros, visualizando o país, posteriormente, com uma perspectiva otimista. Agrada-lhe projetar que 25 anos depois a população terá condições socioeconômicas mais dignas.

A cronista ressalta o quanto é possível que o cenário sócio-financeiro do Brasil mude, tendo em vista a maturidade política do povo e o enfraquecimento dos líderes, em

função da imaturidade deles. Isso tudo lhe dá gosto. A ideia de que o povo tenha, no futuro, falado muito mais, representa seu desejo pela liberdade de se falar o que se quer, sem restrições ou censura.

Ter uma perspectiva positiva do que está por vir dá prazer a Clarice. Pensar sobre a questão da fome no Brasil lhe dá dor, mas imaginar que ela se resolverá em breve lhe traz felicidade. Analisar a situação e constatar que há solução, mesmo que não a curto prazo, é prazeroso para ela.

O maior prazer de todos é o da escrita. É visível o quanto a autora adora escrever. O ato de juntar as palavras de formas diferentes, seja no jornal, nessa coluna semanal, seja em seus livros, parece mexer com os sentimentos da escritora. Para ela, tudo no mundo é assunto para se colocar no papel, até mesmo uma pergunta que lhe fizeram, como a maneira que ela acha que o Brasil estará em 25 anos. Expressar sua opinião, fazer uma avaliação e, assim, se preocupar com a literariedade e a estética de seu texto é o modo que a cronista encontra de se relacionar com a sociedade e se sentir fazendo a diferença nela.

A segunda crônica analisada, *Carta ao Ministro da Educação*, foi publicada no dia 17 de fevereiro de 1968. Nela, a colunista se dirige ao ministro da Educação, para falar sobre as vagas na universidade para os excedentes. A jornalista critica a “excedência” em um país que permanece em desenvolvimento, no qual faltam pessoas que o construam, e lamenta que os excedentes não possa, nem mesmo protestar, sob risco de espancamento por parte da polícia.

### **Carta ao Ministro da Educação**

Em primeiro lugar queríamos saber se as verbas destinadas para a educação são distribuídas pelo senhor. Se não, essa carta deveria se dirigir ao presidente da República. A este não me dirijo por uma espécie de pudor, enquanto sinto-me com mais direito de falar com o ministro da Educação por já ter sido estudante.

O senhor há de estranhar que uma simples escritora escreva sobre um assunto tão complexo como o de verbas para educação – o que no caso significa abrir vaga para os excedentes. Mão o problema é tão grave e por vezes patético que mesmo a mim, não tendo ainda filhos em idade universitária, me toca.

O MEC, visando evitar o problema do grande número de candidatos para poucas vagas, resolveu fazer constar nos editais de vestibular que os

concursos seriam classificatórios, considerando aprovados apenas os primeiros colocados dentro do número de vagas existentes. Essa medida impede qualquer ação judicial por parte dos que não são aproveitados, não impedindo, no entanto, que os alunos tenham o impulso de ir às ruas reivindicar as vagas que lhe são negadas.

Senhor ministro ou senhor presidente: “excedentes” num país que ainda está em construção?! e que precisa com urgência de homens e mulheres que o construam? Só deixar entrar nas Faculdades os que tirarem melhores notas é fugir completamente ao problema. O senhor já foi estudante e sabe que nem sempre os alunos que tiraram as melhores notas terminam sendo os melhores profissionais, os mais capacitados para resolver na vida real os grandes problemas que existem. E nem sempre quem tira as melhores notas e ocupa uma vaga tem pleno direito a ela. Eu mesma fui universitária e no vestibular classifiquei-me entre os primeiros candidatos. No entanto, por motivos que aqui não importam, nem sequer segui a profissão. Na verdade eu não tinha direito à vaga.

Não estou de modo algum entrando em seara alheia. Esta seara é de todos nós. E estou falando em nome de tantos que, simbolicamente, é como se o senhor chegasse à janela de seu gabinete de trabalho e visse embaixo uma multidão de rapazes e moças esperando seu veredicto.

Ser estudante é algo muito sério. É quando os ideais se formam, é quando mais se pensa num meio de ajudar o Brasil. Senhor ministro ou presidente da República, impedir que jovens entrem em universidade é crime. Perdoe a violência da palavra. Mas é a palavra certa.

Se a verba para universidades é curta, obrigando a diminuir o número de vagas, por que não submetem os estudantes, alguns meses antes do vestibular, a exames psicotécnicos, a testes vocacionais? Isso não só serviria de eliminatória para as faculdades, como ajudaria aos estudantes em caminho errado de vocação. Esta idéia partiu de uma estudante.

Se o senhor soubesse do sacrifício que na maioria das vezes a família inteira faz para que um rapaz realize o seu sonho, o de estudar. Se soubesse da profunda e muitas vezes irreparável desilusão quando entra a palavra “excedente”. Falei como uma jovem que foi excedente, perguntei-lhe como se sentira. Respondeu que se sentira desorientada e vazia, enquanto ao seu lado rapazes e moças, ao se saberem excedentes, ali mesmo começaram a chorar. E nem poderiam sair à rua para uma passeata de protesto porque sabem que a polícia poderia espancá-los.

---

O senhor sabe o preço dos livros para pré-vestibulares? São caríssimos, comprados à custa de grandes dificuldades, pagos em prestações. Para no fim terem sido inúteis?

Que estas páginas simbolizem uma passeata de protesto de rapazes e moças (LISPECTOR, 1999, p.76-77).

Fevereiro, mês em que foi publicado esse texto, é tradicionalmente o período no qual saem os resultados dos concursos vestibulares, portanto essa coluna provavelmente é oriunda de uma notícia sobre provas de acesso a universidades brasileiras realizadas na mesma época, que apresentaram alunos excedentes em relação às vagas disponíveis. A referência a um assunto atual é característica da categoria Crônica.

Agindo como representante dos que não podem falar, por não terem uma coluna em um jornal e nem permissão das autoridades para protestar, a jornalista ressalta em três momentos diferentes do texto o fato de que os jovens não podem ir às ruas reivindicar. Diz não falar pelos outros, pois a educação é uma seara de toda a sociedade. Argumenta que é no tempo de estudante que a pessoa forma seus ideais e pensa em maneiras de ajudar o país (não seria esse um ponto negativo para os militares, de educar seu povo?) e enfatiza que é um crime não deixar a população estudar.

A escritora se dirige ao ministro da Educação, nessa carta-crônica publicada. Faz isso empregando um Estereótipo, pois não conhece o gestor. Enxerga o ministro como uma autoridade que, além de autoridade, também se preocupa com a educação, visto que encontra-se nessa pasta. A autora o vê como uma pessoa acima dos estudantes e abaixo do presidente da República, que faz um intermédio entre as partes.

Em relação ao presidente da República, a cronista mostra medo, ou pudor, como admite já no início do texto. Visualiza-o como mestre supremo e, apesar de qualquer cidadão ter direito de tentar falar com o chefe da nação, não se sente “grande” para isso.

Mesmo sendo uma suposta correspondência para o ministro da Educação, a colunista não refere-se a ele por seu nome: chama-o de senhor ministro. Dessa maneira, a crônica permeia o tempo e a reclamação não fica pessoalizada demais.

A jornalista questiona o uso da palavra “excedente” quando falando sobre pessoas que não estiveram entre as melhores classificadas nas provas de vestibular. Pergunta como pode haver excedentes em um país ainda em construção. Assim, retira o verbete de seu emprego habitual e o põe em dúvida, recusando o Estereótipo.

Clarice nega, ainda, o lugar-comum de pensar que os alunos que tiram as melhores notas tornam-se, depois, os melhores profissionais, ou os mais capacitados para resolverem problemas da vida real. Rejeita também a ideia de que os melhores colocados têm direito à vaga. O que dá à pessoa esse direito? Tirar uma boa nota não assegura que a pessoa prosseguirá na profissão. O direito à vaga não deveria se dar, então, a partir de instrumentos que garantissem a continuidade do aluno naquela área de trabalho? É o que sugere a escritora, buscando a quebra de um paradigma dominante.

As influências da cronista, incluídas na categoria *a priori* Cultura, são diversas. No início da coluna, ela fala diretamente com o ministro da Educação, mas demonstra recato ao não enviar a carta ao presidente da República. Esse pudor possivelmente advém de sua origem tão conturbada, de exilada de guerra. Chegando a Brasil com dois meses de idade, a cronista veio da Ucrânia em 1920, junto com a sua família, que fugia da Revolução Russa.

A escritora era, naquela época, mãe de dois meninos adolescentes. Apesar de Pedro e Paulo não estarem em idade universitária ainda, o momento de eles chegarem a essa faixa etária aproximava-se e, certamente, isso foi algo que tornou o texto mais dramático, emotivo: ela chega a referir-se ao problema da falta de vagas para excedentes como grave e, por vezes, patético.

A crônica é baseada nos conhecimentos da autora a respeito de vestibulares, educação e jovens, adquirido através de leituras, informação midiática e vivência própria, de amigos ou de familiares. A jornalista, que recorda já ter sido estudante, usa sua experiência pessoal como base para escrever a crônica. Inclusive, garante que nem sempre os que tiram as notas mais altas merecem a vaga, pois às vezes acabam não seguindo aquela profissão, como era o caso dela, que cursou Direito na Universidade do Brasil. Fazendo um *mea culpa*, Clarice procura dar força para os seus posicionamentos.

Idealista, a autora quer que todos os jovens em idade universitária tenham a oportunidade de cursar o Ensino Superior. Essa reivindicação, tão sensível, foge do que comumente se pensa. Vaga para todo mundo? O máximo que se espera é um aumento no acesso em instituições públicas, mas, com a possibilidade de fazer a graduação em universidades privadas, a oferta de educação está ali – basta ter dinheiro para pagar, o que parece tornar tudo mais simples, mas, de fato, acaba afastando aqueles que mais precisam.

Formada em Direito, a escritora talvez tenha tido o intenso ensejo de ajudar o país ao ingressar na universidade, nova como era, idealista como ainda demonstra ser na época dessa crônica. Possivelmente, foi nesse período que surgiram as ideias que ela sugere, de submeter os candidatos a testes vocacionais e psicotécnicos, para que servissem de eliminatória e ajudassem a quem estivesse em dúvida sobre a profissão que quisesse seguir.

Munida de relatos de leitores seus, tanto dos livros quanto das colunas do Jornal do Brasil, e lembrando de sua própria história de vida, traçada dentro de uma genealogia pobre, a autora enfatiza quantos sacrifícios famílias inteiras precisam fazer para que um jovem realize o sonho de estudar. A colunista sente, ainda, pela impossibilidade de esses excedentes poderem reclamar publicamente, não terem a permissão nem mesmo de ir para as ruas protestar e pedir para não serem excedentes, pois poderiam ser espancados pela polícia. Depois de gastar muito dinheiro com livros para pré-vestibulares, não são aprovados e também não têm o direito de reclamar. Por isso, tentando diminuir sua inconformidade, a jornalista anuncia que aquelas páginas simbolizam uma passeata de protesto de rapazes e moças.

Clarice tem prazer, que se inclui na categoria *a priori* Poder, pois versa sobre a *Libido dominante* das pessoas, por saber que possui aquele espaço no periódico, para dar suas opiniões. Inicia seu texto já escrevendo como se falasse por mais pessoas além dela: “Em primeiro lugar queríamos saber se as verbas destinadas para a educação são distribuídas pelo senhor”, referindo-se ao ministro da Educação. O “nós” dessa crônica é formado por ela, os jovens sem vaga nas universidades e aqueles que defendem esses rapazes e moças.

A escritora tem Poder, em função de sua possibilidade de expressar seus pontos de vista em um jornal de grande circulação. Ela utiliza sua coluna como instrumento para dar voz àqueles com quem ela concorda e não a têm. O prazer de ter autoridade sobre suas crônicas supera o receio por represálias de gestores públicos. Lhe agrada sentir tal confiança, de, mesmo não sendo especialista em educação e nem tendo filhos em idade universitária, estar apta a falar sobre a falta de vagas no Ensino Superior.

Além de não poderem processar o Estado por não terem acesso a vagas nas universidades, os jovens são impossibilitados, ainda, de criticarem essa situação, em virtude da proibição de manifestações públicas e da violência policial. Clarice estima que isso cause tristeza aos excedentes, e mostra que, a ela, aquilo traz indignação. A ira

é, também, uma energia prazerosa, pois provoca nas pessoas alguma reação. O ímpeto da escritora, por exemplo, é o de questionar como é um país que permanece em construção pode ter excedentes, e chamar à razão o ministro.

Possivelmente lembrando de sua época de estudante, a autora se satisfaz ao dizer que é na época da universidade, que se procura mais enfaticamente formas de ajudar o Brasil, e se experimentam ideais. Ela expõe sua criatividade, sugerindo fazer exames psicotécnicos e testes vocacionais para diminuir a demanda por vagas e, assim, reafirmando sua inteligência. Nesse momento, a cronista coloca-se orgulhosamente como exemplo de alguém que foi estudante e que está trazendo novas ideias ao país.

O empoderamento da colunista está, ainda, no conhecimento de causa que apresenta quando relata a dificuldade que é para muitas famílias investir nos sonhos dos jovens, e quando cita a história de uma moça que foi excedente. Menciona o valor dos livros para pré-vestibulares, pagos em prestações e inúteis, quando o aluno não é aprovado. Por fim, reitera seu poder maior: simbolizar uma passeata de estudantes.

### **Considerações finais**

Na categoria Crônica, foram averiguadas as características do Gênero Opinitivo e da presença de assuntos contemporâneos e estrutura hipótese/conclusão nas colunas. A escrita de *Daqui a vinte e cinco anos* se deu com argumentos e projeções, dentro do Gênero Opinitivo. A hibridez Jornalismo/Literatura foi percebido a partir da criação de alguns termos e a descontextualização de outros, sem descuidar da atualidade do tema, necessária devido à presença da coluna no jornal. O formato hipótese/conclusão não foi utilizado.

Em *Carta ao Ministro da Educação*, a beleza estética da narrativa não se destacou. A coluna tratou de um tema atual (vestibulares e excedentes) e Clarice apontou diferentes argumentos provando seu ponto de vista. O formato hipótese/conclusão foi seguido, sendo as hipóteses os posicionamentos mostrados pela escritora e, a conclusão, a visão dela de que deveria haver vagas para todos.

Na categoria Estereótipo, em *Daqui a vinte e cinco anos* Clarice evitou os lugares-comuns, variando nas palavras empregadas e brincando com a linguagem. Em duas ocasiões, usou verbetes generalizantes, quando afirmou que a massa “falaria” e se referindo ao problema da “fome”.

Em *Carta ao Ministro da Educação*, surge o estereótipo de como seria o dito ministro, visto que a escritora não o conhecia. A concepção era de uma autoridade preocupada com a educação. Não se referiu ao ministro pelo nome, para não pessoalizar as reivindicações. A cronista recusou o Estereótipo quando questionou o termo “excedente” e criticou os pensamentos usuais sobre o sistema de ingresso na universidade. Em ambas as colunas houve uma fuga do Estereótipo, a partir da subversão das palavras.

Na categoria Cultura, em *Daqui a vinte e cinco anos* os hábitos de não comer, mais enraizado, segundo a cronista, na população brasileira, e não se manifestar, se inter-relacionam. Somente com o problema da fome resolvido, será possível, para Clarice, que as pessoas saiam para as ruas para protestar e se mostrar mais maduras do que seus líderes. O ideal da escritora é, ainda, o da autonomia da sociedade, apesar de demonstrar, em seu discurso, influência do que diziam os ditadores, de que os movimentos caóticos eram um passo necessário rumo a uma situação mais digna para os brasileiros.

Na crônica *Carta ao Ministro da Educação*, transpareceu a origem humilde da escritora, bem como a expectativa de os filhos da autora entrarem em breve em idade universitária. Para embasar seus argumentos, Clarice usou o que conhecia sobre vestibulares, educação, jovens e o modo de governo dos ditadores. O idealismo da cronista foi outra característica que apareceu dentro da Cultura. Ela queria que todos tivessem oportunidade de cursar o Ensino Superior, e gostaria, também, de ajudar o Brasil, assim como disse que os estudantes universitários tinham tal desejo. A falta de liberdade de expressão, apontada com a violência policial, também foi uma constante nessa coluna.

A cronista mostra seu ideal de autonomia da sociedade frente aos governantes, oriundo de sua condição de exilada de uma Ucrânia em guerra. Outro ideal transparecido na segunda coluna foi o de que todos tivessem vagas na universidade.

Ambas as crônicas analisadas encontram-se fora do poder, considerando-se a categoria *a priori* Poder. Na primeira crônica, ela exerceu sua soberania ao responder a pergunta que haviam lhe feito. Demonstrou, também, prazer em imaginar outra realidade para os brasileiros no futuro, ressaltando positivamente os potenciais do país. Ela incitou o poder popular, através desse otimismo. O prazer da escrita foi percebido, ainda, nos momentos em que ela criou termos e pareceu brincar com as palavras.

Em *Carta ao Ministro da Educação*, transparece que ter uma coluna no *Jornal do Brasil* dava prazer à cronista, pois ela sentia-se representante de muitas pessoas, ao dar suas opiniões. O poder de quem estudou Direito também está presente. A ira, que é também uma energia prazerosa, aparece no momento em que a colunista reclama da impossibilidade de serem realizados protestos, em função da violência policial. Em contraponto, é mostrada alegria por parte dela, em razão de sua intelectualidade e de seu conhecimento de causa, bem como em função da sua ideologia.

O panorama descrito representa bem um momento crucial para o país, que gera repercussões até hoje em termos de política e em relação ao trauma que essa época causou a toda uma sociedade, e não apenas à geração de então. O futuro, ninguém sabe qual será. É fundamental, entretanto, que se tenha conhecimento a respeito do passado, para que os erros não persistam e para que o porvir seja construído conscientemente por todo o povo.

## REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **Escritores, intelectuais, professores e outros ensaios**. Lisboa: Editorial Presença, 1975.

BARTHES, Roland. **Aula**. 6ª edição. São Paulo: Cultrix, 1978.

BARTHES, Roland. **Aula**. 13ª edição. São Paulo: Cultrix, 2007.

LISPECTOR, Clarice. *Daqui a vinte e cinco anos* (1967a). In: LISPECTOR, C. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p.33

LISPECTOR, Clarice. *Carta ao Ministro da Educação* (1968). In: LISPECTOR, C. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 76-77

MARTINS, Dileta Silveira. **História e tipologia da crônica no Rio Grande do Sul**. 1984. 360 p. Tese (Doutorado em Letras) Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 1984.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de; (Orgs). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2010.

MORIN, Edgar. **O Método 1: a natureza da natureza** (2ª Ed.). Porto Alegre: Sulina, 2003.